



2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO
2nd INTERNATIONAL CONGRESS ON TOURISM
ESGIPCA

7 e 8 de Outubro de 2011

ACTAS
Proceedings

ISBN: 978-972-95400-7-3



Turismo: Diversificação, Diferenciação e Desafios II Congresso Internacional de Turismo

ESG/IPCA - Barcelos - 7 a 8 Outubro 2011

PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO DE DOURO INTERNACIONAL: O PERFIL DO VISITANTE/TURISTA E O SEU CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

José Paulo Ribeiro de Castro

Instituto Politécnico de Bragança

E-mail: castrogeo@ipb.pt

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins

Universidade de Aveiro

E-mail: filomena@ua.pt

RESUMO

Nos últimos anos a atividade turística nos espaços naturais protegidos adquiriu uma importância crescente, que se traduz num aumento da procura turística e do número de visitantes e turistas que procuram aqueles territórios protegidos.

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar e partilhar alguns resultados preliminares obtidos no âmbito de um estudo para Doutoramento em Ciências do Ambiente que tem como finalidade contribuir para a implementação e desenvolvimento do Turismo Sustentável e Educação Ambiental nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional, localizados nos Distritos de Bragança e Guarda.

A informação obtida foi recolhida com base num inquérito por questionário aplicado aos visitantes e turistas dos referidos Parques Naturais.

Pretende-se, assim, apresentar o perfil sociodemográfico do visitante/turista, a organização da sua visita e o seu contributo para o desenvolvimento do turismo sustentável e educação ambiental naqueles espaços naturais protegidos, pois consideramos que esta informação é fundamental para alcançar os objetivos no âmbito da investigação que desenvolvemos.

Palavras-chave: Parques naturais, turismo sustentável, visitantes/turistas.

1. INTRODUÇÃO

As áreas protegidas são uma resultante das culturas em torno do mundo e têm uma longa história.

Nos finais do século XIX, surgiram em diversos países, mediante publicação de adequados diplomas legais, os espaços naturais protegidos com a finalidade, entre outras, de proteger determinadas áreas da terra de danos ambientais (Farré, 2003). Atualmente, estes espaços naturais protegidos desempenham diversas funções de grande importância para a sociedade, nomeadamente a função turística que sobressai intrinsecamente.

Em consequência deste facto, a evolução das preferências turísticas dos últimos anos, desde o modelo tradicional de “sol e praia” até outras formas de turismo, converteu os espaços naturais protegidos num dos destinos “estrela” dos novos turistas que encontram nestas áreas privilegiadas uma sugestiva alternativa aos produtos tradicionais (Castnys, 2005).

O presente trabalho decorre dum estudo necessariamente mais amplo desenvolvido no âmbito de uma investigação de doutoramento em Ciências do Ambiente. Reconhecendo o papel importante que os Parques Naturais de Montesinho (PNM) e Douro Internacional (PNDI) podem desempenhar no desenvolvimento regional integrado, pretende-se com a concretização desta investigação, contribuir para a implementação de projetos de turismo sustentável e educação ambiental nos referidos Parques Naturais.

O objetivo que norteia este trabalho é apresentar e analisar informação sobre o perfil sociodemográfico dos visitantes e turistas nos aludidos parques, a organização da sua deslocação, a sua experiência na visita e a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo sustentável e educação ambiental.

2. EVOLUÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS/ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS

Os espaços protegidos podem ser associados a lugares com valores excecionais do ponto de vista de recursos naturais e paisagísticos. Os objetivos de criação das áreas protegidas foram variando ao longo dos tempos, na geografia mundial e foram induzidos pela sociedade, a sua génese profunda estratifica, por isso, em circunstâncias diferentes da sociedade (Eagles, McCool & Haynes, 2002) e são um elemento cultural com longa história.

As primeiras declarações de parques naturais estão ligadas a motivações de ordem naturalista e tiveram a sua primeira expressão nos Estados Unidos da América do Norte, com a criação, em 1872, do primeiro Parque Nacional de Yellowstone (Eagles et al., 2002). Posteriormente, são declarados um conjunto de parques nacionais, designadamente Yosemite (1890), Sequoia (1890) e General Grant (1890) que deram início a uma rede mundial de espaços naturais protegidos (Mendigorry, 2002). Esta iniciativa estendeu-se a outros países, nomeadamente Canadá, México, Nova Zelândia, Rússia (Escrive, 2001) e África Austral que adotaram a mesma trajetória que os Estados Unidos.

Na Europa, os primeiros parques naturais surgem no início do século XX. O seu aparecimento prende-se não só com as preocupações ambientalistas na preservação de espécies, mas também com os interesses de certas frações da população desejosas de estabelecer uma relação com a natureza. Segundo Blasco (1999), nos primeiros anos do século transato a Suécia classificou, em 1909, os primeiros espaços naturais sob a designação de Parque Nacional (Sarek, Stora Sjöfallet, Abriko e Peljekase – 1909); a França declarou, em 1913, La Bérard como Parque Nacional e em Espanha foi criado em 1918 o Parque Nacional da Montanha Covadonga (Mendigorry, 2002), atualmente, inserido no Parque Nacional dos Picos da Europa.

Nesta sequência de criação de áreas protegidas na Europa o movimento expande-se para a Grã-Bretanha, Alemanha e Itália. Em Portugal, a primeira medida concreta de conservação de espaços naturais ocorreu em 1971, com a criação do primeiro e ainda hoje único, Parque Nacional da Peneda Gerês.

O conceito e definição de área protegida e espaço natural protegido evoluíram e o seu conteúdo amadureceu ao longo dos tempos sendo que atualmente, são diversas as definições que se podem encontrar na bibliografia especializada.

De acordo com Tolón & Lorca (2002) há características que se podem destacar nas áreas protegidas, nomeadamente o mérito de proteção e o caráter efetivo de proteção. Segundo aqueles autores um espaço natural deve reunir um conjunto de requisitos e qualidades extraordinárias para ser merecedor de um estatuto de espaço natural protegido. Outro aspeto que destacam faz referência à necessidade de proteção, ou seja, para que um espaço natural seja efetivamente protegido é necessária a existência e utilização de instrumentos eficazes de proteção.

Uma definição de área protegida foi estabelecida pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN)¹, em 1994, que considera “ uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à proteção da natureza e manutenção da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e os recursos culturais associados, e utilizada através de meios jurídicos e outros meios eficazes” (UICN, 1994, p.12). Esta definição foi, entretanto, revista em 2008 pela mesma Organização, definindo um novo conceito de área protegida considerado agora “ um espaço geográfico claramente definido, reconhecido e gerido, mediante meios legais e outros tipos de meios eficazes para alcançar a conservação, a longo prazo, da natureza dos seus ecossistemas e dos seus valores culturais associados” (UICN & Dudley, 2008).

Ao longo do século xx, os países criaram o seu próprio sistema de classificação de áreas protegidas sem ter como referência um sistema comum. Após anos de desenvolvimento a UICN elaborou um sistema de classificação que engloba seis categorias de áreas protegidas cujas definições a seguir se apresentam (UICN & Dudley, 2008).

Categoria Ia: Reserva natural estrita:

As áreas de categoria **Ia** são áreas estritamente reservadas para preservar a biodiversidade, características geológicas e geomorfológicas, nas quais, as visitas, usos e os impactos são estritamente controlados e limitados para garantir a proteção dos valores de conservação. Estas áreas protegidas servem como áreas de referência indispensável à pesquisa científica;

Categoria Ib: Área silvestre:

Áreas protegidas da categoria **Ib** são geralmente são, geralmente, áreas não modificadas ou ligeiramente modificadas de grande dimensão, que mantêm o seu caráter e influência natural, sem influência humana permanente ou significativa e são geridos e protegidos para manter e preservar a sua condição natural;

Categoria II: Parque nacional:

As áreas protegidas de categoria **II** são grandes áreas naturais ou quase naturais estabelecidas para proteger os processos ecológicos em larga escala, juntamente com o complexo das espécies e dos ecossistemas

¹ A UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, foi fundada em 1948. Agrupa estados membros soberanos, agências governamentais e uma gama diversa de organizações não-governamentais numa aliança única: mais de 1000 membros espalhados por cerca de 160 países (UICN).

característicos da área que também fornecem a base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visita que sejam ambiental e culturalmente compatíveis;

Categoria III: Monumento ou característica natural:

As áreas protegidas de categoria III são estabelecidas para proteger um monumento natural específico, que pode ser um relevo terrestre, um monte submarino, uma gruta subaquática, um recurso geológico, como uma caverna ou mesmo um elemento como um antigo bosque. Normalmente são áreas protegidas bastante reduzidas e têm grande valor para os visitantes;

Categoria IV: Áreas de gestão de habitats/espécies:

O objetivo das áreas protegidas, Categoria IV, é a proteção de habitats ou espécies específicas e a sua gestão reflita essa prioridade. Muitas áreas protegidas de categoria IV necessitam de intervenções ativas para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats com vista à sua manutenção, no entanto não é uma exigência desta categoria;

Categoria V: Paisagem terrestre/marinha protegida:

Uma área protegida em que a interação entre os seres humanos e natureza produziu uma área de caráter distinto com valores ecológicos, biológicos, culturais e estéticos significativos; e na qual a preservação da integridade desta interação é vital para proteger e manter a área, a conservação da natureza e outros valores;

Categoria VI: Área protegida com gestão sustentável dos recursos naturais

As áreas protegidas da categoria VI conservam os ecossistemas e habitats, juntamente com os valores culturais e sistemas tradicionais de gestão dos recursos naturais que lhes estão associados. Normalmente, possuem uma imensa extensão e grande parte está em condições naturais. Um dos seus objetivos principais é a reduzida utilização industrial dos seus recursos naturais e de forma compatível com a conservação da natureza.

Para este sistema de categorias foi definido um conjunto de objetivos comuns que em seguida se expõem:

- Conservar a composição, estrutura, função e potencial evolutivo da biodiversidade;
- Contribuir para as estratégias regionais de conservação (como reservas chave, zonas tampão, corredores, zonas de paragem de espécies migratórias, etc.);
- Manter a diversidade de paisagens e habitats das espécies e ecossistemas associados;
- Ser de dimensão suficiente, de forma a assegurar a integridade e manutenção, a longo prazo, os objetivos de conservação definidos, ou ser suscetível de ampliação para alcançar a meta definida;
- Manter os valores que foram definidos para a posteridade;
- Funcionar de acordo com um plano de gestão e um programa de monitorização e avaliação que sirva de apoio a uma gestão adaptativa;
- Ter uma gestão clara e equitativa.

Além dos objetivos comuns, por sua vez, para cada categoria de área protegida foi definido um objetivo primário e outros objetivos específicos para aqueles espaços.

Este sistema de categorias da UICN é amplamente utilizado em diversos países do mundo e permitiu a sua normalização e internacionalização e do conceito de área protegida.

3. TURISMO SUSTENTÁVEL E ÁREAS PROTEGIDAS/ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS

Ao longo das últimas décadas o turismo é uma atividade económica que se tem destacado pela sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, capaz de gerar riqueza e ser diversificador de outras atividades económicas. A génese do conceito de desenvolvimento sustentável ocorreu na década de 70 e foi nos anos 90, do século XX, que este se popularizou (Souto, 2007). A definição mais difundida resulta do denominado Relatório de Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, que define o desenvolvimento como sustentável “aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazer as suas necessidades”. Este tipo de conceito de desenvolvimento teve rápida aceitação pelo facto de ser compatível com o conceito de crescimento económico da sociedade. Contudo, foi necessário que os novos modelos de desenvolvimento incorporassem, como ingredientes basilares, o respeito pela conservação da natureza, do ambiente e dos recursos naturais. Desta forma, o progresso económico é considerado não como um fim em si, mas como um fator que pode contribuir para melhorar a qualidade do ambiente (Castnys, 2005).

A importação desta filosofia de “sustentabilidade” para o setor do turismo foi considerada na Conferencia Mundial de Turismo Sustentável, realizada em Lanzarote, nas ilhas Canárias, (1995), através da Carta do Turismo Sustentável, da qual destacamos o Artigo n.º. 1, onde se refere que “O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade, ou seja, deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo numa perspetiva ética e social para as comunidades locais.

O desenvolvimento sustentável é um processo que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar a sua durabilidade, permitindo conservar o nosso capital natural e cultural, incluindo as **áreas protegidas**. Sendo o turismo um poderoso instrumento de desenvolvimento pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão do turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos dos quais depende (Europarc, 1999).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo sustentável como “O turismo que tem em consideração os impactos, económicos, sociais e meio ambientais atuais e futuros para satisfazer as necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades receptoras” (OMT, & PNUMA, 2006, p. 12). Neste contexto, o turismo sustentável deve agregar os seguintes princípios:

- Haver um uso ótimo dos recursos naturais que são um elemento fundamental do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos naturais e a biodiversidade biológica.
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, conservar o seu património cultural e arquitetónico e os seus valores culturais tradicionais e contribuir para o entendimento e tolerância intercultural.
- Assegurar atividades económicas viáveis a longo prazo para todos os agentes, com benefícios socioeconómicos bem distribuídos, criação de emprego estável, obtenção de rendimento e serviços sociais para as comunidades receptoras de forma que contribuam para a redução da pobreza.

Aquela Organização entende que o desenvolvimento do turismo sustentável deve proporcionar aos visitantes e turistas uma experiência com alto grau de satisfação que os consciencialize para a problemática da sustentabilidade e adquiram, eles próprios, hábitos turísticos sustentáveis.

Na esteira de Partidário (1998, p. 4) concluímos que o “Turismo sustentável é um conceito que procura conciliar os objetivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensável à

sua existência. As características naturais e culturais de uma região, bem como, na maioria dos casos, as suas características sociais e comunitárias representam a oferta potencial do território que o desenvolvimento turístico procura. Assim sendo, a atividade turística só pode ser eficiente e viável num médio e longo prazo se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos e mesmo melhorados”.

Nas últimas décadas as áreas protegidas transformaram-se em destinos turísticos de grande importância para os visitantes e turistas. São espaços cada vez mais visitados, pelo que, a sustentabilidade destes destinos turísticos não é uma questão meramente de marketing ou publicidade turística, trata-se de uma necessidade e um desafio fundamental (Flores, 2006b). Assim manifesta a Carta Europeia do Turismo Sustentável em Espaços Naturais Protegidos (ENP) um documento de referência sobre turismo sustentável em ENP. Este documento cumpre os princípios expressos na Carta Mundial do Turismo Sustentável anteriormente citada e tem como objetivo global promover o turismo sustentável nas áreas protegidas europeias. A Carta pretende a expressão concreta de um compromisso entre gestores dos espaços naturais protegidos e o setor turístico de forma a promover e desenvolver o turismo sustentável nos ENP (Flores, 2006c). Os seus objetivos fundamentais são:

- Fomentar o conhecimento e apoio aos espaços naturais protegidos da Europa que representam uma parte fundamental do património e que se devem conservar para que as gerações atuais e futuras possam usufruir destes espaços;
- Melhorar o desenvolvimento sustentável e a gestão do turismo nos espaços naturais protegidos, tendo em consideração as necessidades do meio ambiente, dos residentes locais, as empresas e os visitantes:

A Carta assume o compromisso de colocar em prática uma estratégia local de turismo sustentável entendido como “ qualquer forma de desenvolvimento, gestão ou atividade turística que respeite e preserve a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais e que contribua de maneira positiva para o desenvolvimento económico e bem-estar e das pessoas que vivem ou trabalham em espaços protegidos.” É uma interpretação que está de acordo com os princípios definidos no relatório de Brundtland sobre o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, julgamos poder referir que as áreas naturais protegidas são lugares atrativos para um grande número de pessoas e representam, seguramente, a máxima expressão da natureza na sociedade (Flores, 2008a).

Na atualidade a valorização de funcionalidades das áreas naturais entre as quais se destacam, o desfrute da sua beleza, a interpretação ambiental, a capacidade para restaurar o vigor físico, intelectual ou emocional, as atividades turísticas e a investigação científica são algumas das realidades presentes nas áreas naturais protegidas (Castro & Fernandes). Na sequência do que temos vindo a referir a figura n.º 1 ilustra os benefícios que o turismo sustentável produz no quadro social, ambiental e económico.

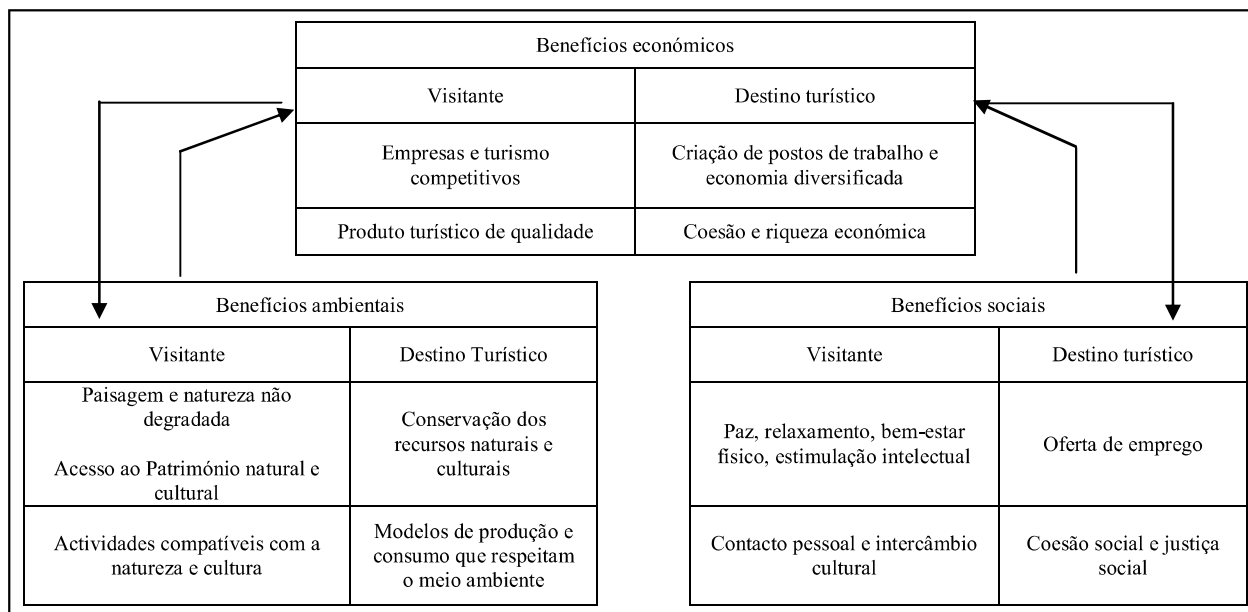
De acordo com Nogueira (2005) também consideramos que os benefícios do turismo em espaços naturais protegidos se podem agrupar em três classes:

- Benefícios económicos (criação de emprego, novas técnicas, criação de empresas...);
- Proteção do património natural e cultural (proteção da biodiversidade e processos ecológicos, transmissão de valores e apoio à investigação...);
- Melhoria da qualidade de vida (promoção de valores estéticos e espirituais, criação de ambientes atrativos, entendimento intercultural, valorização do nativo...).

O citado autor refere, ainda que para que aqueles benefícios sejam alcançáveis é necessário trabalhar, prolongar as estadas dos visitantes e turistas, incrementar maior variedade de produtos e serviços locais. Pressupõe,

também, uma gestão com sensibilidade para garantir a tradição local e capaz de promover educação e formação local de acordo com as especificidades do espaço protegido.

Figura n.º 1 – Benefícios do Turismo Sustentável



Fonte: Fonte: Adaptado de CE (s/d:5)

De acordo com Nogueira (2005) também consideramos que os benefícios do turismo em espaços naturais protegidos se podem agrupar em três classes:

- Benefícios económicos (criação de emprego, novas técnicas, criação de empresas...);
- Proteção do património natural e cultural (proteção da biodiversidade e processos ecológicos, transmissão de valores e apoio à investigação...);
- Melhoria da qualidade de vida (promoção de valores estéticos e espirituais, criação de ambientes atrativos, entendimento intercultural, valorização do nativo...).

O citado autor refere, ainda que para que aqueles benefícios sejam alcançáveis é necessário trabalhar, prolongar as estadas dos visitantes e turistas, incrementar maior variedade de produtos e serviços locais. Pressupõe, também, uma gestão com sensibilidade para garantir a tradição local e capaz de promover educação e formação local de acordo com as especificidades do espaço protegido.

Referimos que as áreas protegidas são detentoras de um património natural e cultural de valor excepcional e merecem especial atenção pela sua natureza. Estes ENP, pelas suas características converteram-se em destinos e desempenham uma função turística.

Num trabalho apresentado por Sancho & Ruiz (2004), estes autores apresentam um conjunto de requisitos que um espaço deve cumprir para ser considerado destino turístico (quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 - Características dos espaços naturais protegidos como destinos turísticos

-
- A flora, fauna, formações geológicas, entre outras, são características naturais singulares que estes espaços reúnem;
-
- A fauna e flora são ecossistemas mais representativos do que existiu num país há milhões de anos;
-
- O contacto com a natureza e ambiente proporciona bem-estar superior;
-
- A contemplação e interpretação da natureza proporcionam a educação ambiental e cidadania;
-
- O desporto e a aventura são complemento a outras atividades já existentes;
-
- Estes espaços albergam valores ecológicos, etnológicos e socioculturais com valor acrescentado;
-
- Cria novos postos de trabalho (guias, lojas de artesanato, etc.) ao envolver a comunidade local e proporciona apoio às economias locais.
-
- O marketing e a publicidade transformam o espaço natural protegido num destino turístico de qualidade.
-

Fonte: Adaptado de Sancho & Ruiz (2004)

4. REDE DE ÁREAS/ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS EM PORTUGAL

Em Portugal após anos de desenvolvimento da política de conservação da natureza o Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de janeiro estabeleceu a **Rede Nacional de Áreas Protegidas**. Segundo aquele diploma legal, a Rede Nacional de Áreas Protegidas é constituída por áreas de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar (Artigo 2º): Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural são áreas protegidas de interesse nacional; A Paisagem Protegida é uma área protegida de interesse regional ou local e, finalmente, “Sítio de interesse biológico” é uma área protegida de estatuto privado.

Em seguida apresentam-se as respetivas definições das categorias do sistema de classificação de áreas protegidas vigente em Portugal.

Parque nacional: é “uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional”. Neste sentido a “ (...) classificação de um parque nacional tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que permitam a proteção da integridade ecológica dos ecossistemas e que evitem a exploração ou ocupação intensiva dos recursos naturais” (Art. 5º).

Reserva natural: é “uma área destinada à proteção de habitats da flora e da fauna. (...) A classificação de uma reserva natural tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies comunidades bióticas ou aspetos físicos do ambiente, quando estes requerem a intervenção humana para a sua perpetuação” (Art. 6º).

Parque Natural: é “uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da atividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural. (...) A classificação de um parque natural tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica” (Art. 7º).

Monumento natural: é “(...) uma ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade” (Art. 8º).

Paisagem protegida: é “(...) uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interação harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural. A classificação (...) tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que, a nível regional ou local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica” (Art. 9º).

Sítio de interesse biológico: é a denominação dada a áreas privadas que (...) “podem assim ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, com o objetivo de proteger espécies da fauna e da flora selvagem e respetivos habitats naturais com interesse ecológico ou científico” (Art. 10º).

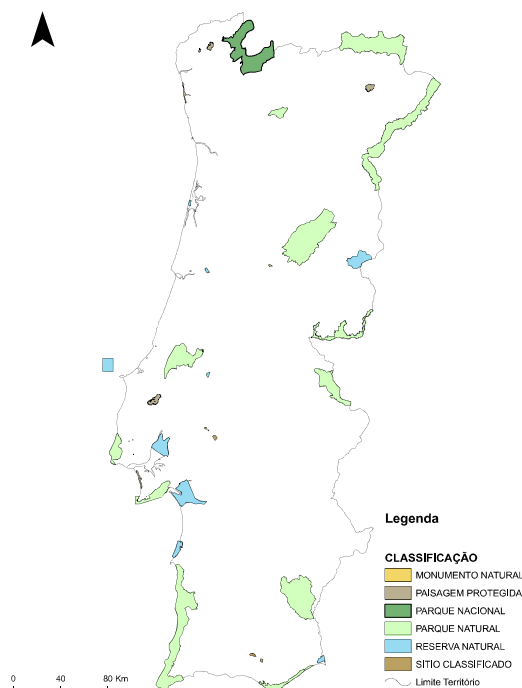
O Artigo 10º-A do citado diploma legal insere as **Reservas e parques marinhos** “ nas áreas protegidas que abrangem meio marinho podem ser demarcadas áreas denominadas “reservas marinhas” ou “parques marinhos”.

As reservas marinhas têm por objetivo a adoção de medidas dirigidas para a proteção das comunidades e dos habitats marinhos sensíveis, de forma a assegurar a biodiversidade marinha. Os parques marinhos têm por objetivo a adoção de medidas que visem a proteção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das atividades humanas. Nas áreas protegidas que abrangem meio marinho podem ser demarcadas áreas denominadas “reservas marinhas” ou “parques marinhos”.

É esta a nomenclatura de classificação que vigora presentemente em Portugal e é o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade responsável pelas atividades nacionais nos domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas.

No que concerne à distribuição espacial das áreas naturais protegidas em Portugal continental, a figura n.º 2 permite obter o conhecimento da sua localização.

Figura n.º 2 – Distribuição geográfica das Áreas/Espaços Naturais Protegidas em Portugal Continental

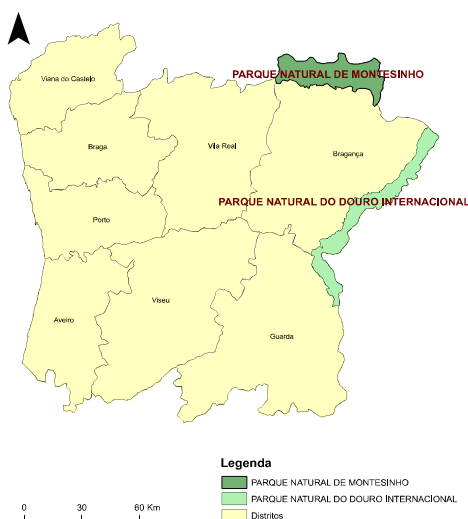


Fonte: Elaboração própria

5. PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO E DOURO INTERNACIONAL

Os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional localizam-se no Distrito de Bragança (figura n.º 3). Uma das características que mais se destacam nestes espaços naturais protegidos é a sua diversidade de ecossistemas. Estes parques constituem dois elementos geográficos naturais, históricos e culturais de grande valor patrimonial.

Figura n.º 3 – Localização dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional



Fonte: Elaboração própria

5.1 PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

“Imaginemos um quadrilátero, limitado a Norte, Nascente e Poente por terras de Espanha e a Sul por uma linha imaginária que se estende de Sandim a Quintanilha, passando por Vinhais e Bragança. Ocupando uma área de 75.000 ha, o espaço assim definido é o P.N.M” (Gonçalves, citado por Alves, 2008).

Esta área protegida (figura n.º 4) engloba as Serras de Montesinho e Coroa. Integra os municípios de Vinhais e Bragança (35 freguesias e 92 lugares) e situa-se na denominada Terra Fria Transmontana (Figueiredo, 2003).

Relativamente à sua morfologia pode caracterizar-se o PNM, de uma forma geral, por relevos suaves resultantes de formações geológicas do Precâmbrico e Paleozoico. A ocorrência de elevações com cotas que variam entre 438 m de valor mínimo (Rio Mente) e os 1481 m valor máximo (Serra de Montesinho) são traços que caracterizam esta área protegida. A área do PNM está subdividida em nove zonas naturais: Alta Lombada, Baixa Lombada, Baceiro, Coroa, Lomba, Montesinho, Pinheiros, Onor e Vinhais (Figueiredo, 2003).

A latitude e a fisiografia associadas a um sistema montanhoso, presente na área do parque, condicionam o clima ocasionam o aparecimento de diversos microclimas locais (Azevedo, citado por Alves, 2008). É uma região que pela sua proximidade ao Oceano Atlântico, tem influência atlântica, enquanto na zona Este a influência climática é continental.

Figura n.º 4 – Parque Natural de Montesinho



Fonte: Elaboração própria

As razões que levaram a classificação desta área protegida são diversas. Inicialmente, “surgiu do “sonho do professor Dionísio Gonçalves”, muito embora o conjunto de estudos que desenvolveu na área atualmente protegida se destinasse à análise da viabilidade de uma estância de desportos de inverno na Serra de Montesinho (Figueiredo, 2003, p. 364).

Na origem desta classificação podem ainda enumerar-se outras motivações, nomeadamente (Alves, 2008):

- 1 – Existência de condições ambientais e paisagísticas de grande qualidade, caracterizadas pela diversidade dos ecossistemas que comporta;
- 2 – Existência de significativos valores socioculturais, principalmente nos campos etnográfico, arqueológico e arquitetónico;
- 3 – Existência de áreas capazes de, por paisagem ou por suporte ambiental, absorverem o chamado Turismo de Natureza.

Outras razões são apontadas no preâmbulo do Decreto - Lei n.º 355/79 de 30 de agosto que deu origem a esta paisagem protegida, “A riqueza natural e paisagística do maciço montanhoso Montesinho - Coroa e os valiosos elementos culturais das comunidades humanas que ali se estabeleceram justificam que urgentemente se iniciem ações com vista à salvaguarda do património e à animação sócio - cultural das populações”. Como se pode verificar todo este acervo de património natural e cultural estão na base da decisão de classificação como área protegida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro que estabeleceu o novo quadro de classificação da Rede Nacional de Áreas Protegidas o PNM foi reclassificado, de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto-Lei, através do Decreto Regulamentar nº 5 - A/97 de 04/04/1997, que lhe manteve o mesmo estatuto.

Em conformidade com o Artigo 3º daquele documento normativo, constituem objetivos específicos do Parque Natural de Montesinho:

- a) Preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- b) Preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;

- c) Preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;
- d) Preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;
- e) Preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactes negativos que possam resultar direta ou indiretamente de atividades humanas;
- f) Promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais;
- g) Instituir a participação e o envolvimento ativo da população local na prossecução dos objetivos do Parque Natural;
- h) Valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local;
- i) Criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspetiva de sensibilização e educação ambiental.

Além da classificação como Parque Natural, de âmbito nacional, o PNM está classificado, a nível comunitário, como Sítio de Importância Comunitária – SIC (Montesinho e Nogueira) pertencentes à região biogeográfica mediterrânica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto; Decisão da Comissão de 19 de julho de 2006, n.º C(2006) 3261 Joc L 259 de 21 de setembro de 2006 (2006/613/CE) e Zona de Proteção Especial para Aves Selvagens das Serras de Montesinho – Nogueira (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro). O seu Plano de Ordenamento do PNM foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008. Saliente-se ainda que esta área protegida é membro da Federação Europarc e aderiu à Carta Europeia do Turismo Sustentável em Espaços Naturais Protegidos.

Através da análise dos objetivos e na esteira de Figueiredo (2003) podemos verificar que é conferida maior importância aos valores naturais da área protegida. No entanto, os objetivos também orientam para o desenvolvimento sustentável da região como é referido na alínea f) do Artigo 3.º “Promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais” e proporciona, igualmente, condições para o desenvolvimento do turismo e educação ambiental de acordo com a alínea i) do mesmo artigo “Criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspetiva de sensibilização e educação ambiental”.

5.2 VALORES NATURAIS E CULTURAIS

No que diz respeito aos valores naturais do PNM, as unidades vegetais que sustentam a diversidade florística são condicionadas pela diversidade geológica, climática e orográfica que caracterizam o parque (ICNB, 2000a).

“Em termos de vegetação, a sua enorme diversidade manifesta-se na existência de carvalhais, soutos, sardoais, bosques rípicolas, giestais, urzais, lameiros, entre outros. No que se refere à flora, a sua variedade e riqueza deve-se essencialmente à variabilidade geológica e climática que se observa na área do Parque destacando-se as plantas que ocorrem em solos derivados de rochas ultra-básicas, onde se encontram algumas espécies raras e únicas” (PNM & Azevedo, citado por Figueiredo, 2003, p. 299).

“Nas áreas menos elevadas do Parque, em encostas declivosas expostas ao sol, onde o clima se caracteriza pela ocorrência de temperaturas baixas no inverno, geadas tardias e rigorosos períodos de calor estival, coincidentes com níveis reduzidos e irregulares de precipitação, dominam as comunidades de plantas adaptadas à secura.

Em altitudes superiores, onde o clima é mais húmido e frio, os bosques climáticos são dominados pelo Carvalho-negral” (Alves, 2008, p. 32).

A existência de fauna no PNM é bastante significativa e diversificada porque estão presentes cerca de 75% das espécies de mamíferos terrestres de Portugal Continental. Muitas espécies possuem populações estáveis e com relativa abundância, algumas, porém, possuem o estatuto de "ameaçado" no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (ICNB, 2000). Destacamos o gato-bravo, a lontra e o lobo-ibérico. No PNM podem encontrar-se ainda outras espécies, nomeadamente o esquilo, corço, javali, Toupeira-de-Água, entre outros.

No que concerne às aves, no PNM ocorrem aproximadamente 150 espécies de aves, como exemplo citamos a águia-real, cegonha negra, bufo-real, Tartaranhão-Caçador, Picanço-de-Dorso Vermelho. Algumas espécies têm estatuto de "em perigo" de extinção, no Livro Vermelho dos Vertebrados” (ICNB, 2000a).

A existência de um vasto património sociocultural é uma característica marcante no PNM.

“O Parque Natural de Montesinho possui um rico património sociocultural com práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, embora já marcadas pelas crescentes mobilidades das gentes e pelas inovações tecnológicas. As festas, são um exemplo disso, sendo um elo de ligação entre as aldeias e um pretexto para o reencontro de famílias e amigos. (...) São notáveis, ainda, os exemplos de arquitetura popular, que utilizando os materiais característicos de cada região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Há também aspetos exclusivamente funcionais na arquitetura popular dignos de destaque, como os pombais, os moinhos e as forjas do povo” (Alves, 2008, p. 46).

6. PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL

O PNDI, está localizado nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta, abrangendo os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, Distrito de Bragança e Figueira Castelo Rodrigo, Distrito da Guarda. Esta área engloba o troço fronteiro do Rio Douro, e ocupa uma área de 85150 ha (figura n.º 5).

Figura n.º 5 – Parque Natural do Douro Internacional



Fonte: Elaboração própria

Antes de referirmos o diploma legal que deu origem ao PNNDI, devemos fazer alusão à polémica e discussão que ocorreu na década de oitenta, do século transato, em torno da possível instalação de uma central de armazenamento de resíduos sólidos em Aldeadavila de la Ribera, em território espanhol. Este facto terá estado também na génese da criação, em ambos os países, de dois espaços naturais protegidos ao longo do vale fronteiriço do Rio Douro. Neste seguimento, foram feitos diversos estudos sobre a fauna e flora na área, cujos documentos constituíram as primeiras razões justificativas para a criação do parque natural. O Instituto da Conservação da Natureza deu início, em 1983, ao processo de classificação da área protegida, em que apresenta a proposta de classificação.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/96 de 5 de junho criou a Comissão Instaladora que desenvolveu todo o processo para ser aprovado, primeiro em Conselho de Secretários de Estado e posteriormente pelo Conselho de Ministros. Nesta sequência, o Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de maio criou o Parque Natural do Douro Internacional. No seu preâmbulo assinala-se que “Ao longo de mais de 130 quilómetros o Rio Douro e seu afluente Águeda constituem a fronteira natural entre Portugal e Espanha. Neste troço o vale do Douro assume devido à sua geomorfologia uma estrutura de canhão fluvial, com declivosas vertentes, ditas arribas, onde abundam os afloramentos rochosos. Este enclave orográfico de características únicas em termos geológicos e climáticos condicionou as comunidades florística, faunística e as atividades rurais” (Decreto Regulamentar n.º 8/98).

Este espólio natural associado à presença e atividade humana e ao património cultural local configuram este espaço como um local com características muito próprias que é necessário preservar. Estamos, portanto, em presença de um conjunto de elementos de grande valor patrimonial que conduziram à classificação deste espaço natural. Segundo o referido diploma legal constituem os seguintes objetivos do PNNDI:

- a) Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas;
- b) Promover a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a conservação da natureza;
- c) Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas atividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo;
- d) Ordenar e disciplinar as atividades recreativas na região de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005, de 28 de julho, aprovou o Plano de Ordenamento do PNNDI, sendo esta área protegida aderente da Carta Europeia do Turismo Sustentável em Espaços Naturais Protegidos da Federação Europarc.

Pelo que foi referido anteriormente, pode concluir-se que os objetivos que presidiram à criação do PNM e PNNDI são, no essencial, a preservação do vasto património natural e cultural que estes espaços naturais possuem.

6.1 VALORES NATURAIS E CULTURAIS

“O Parque Natural do Douro Internacional é verdadeiramente a Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis.

O rio Douro corre soberbo por entre desfiladeiros magníficos e austeros e o céu espelha-se esplendoroso naquele espelho de águas calmas e mensageiras do diálogo ancestral entre o homem e a natureza.

O silêncio fala-nos doutros tempos e doutras culturas e só o voo picado e os gritos das aves de rapina nos dizem que a vida existe e é preservada, para que os vindouros possam contemplar espécies raras que ainda habitam em ecossistemas ideais.

Por entre fraguedos hercúleos, uma vegetação virgem desafia as leis do equilíbrio e da sobrevivência e os verdes, os castanhos e os vermelhos de infíndos arbustos e plantas enfeitam a paisagem, testemunho da boa vizinhança entre portugueses e espanhóis.

Sem dúvida, este Parque Natural é verdadeiramente uma escola de vida onde a natureza é preservada e as espécies vivas mantidas no seu ambiente natural sem poluição sonora, sem grandes intervenções humanas, numa conjugação perfeita entre os interesses das populações e a preservação de memórias e formas de vida genuínas” (ICNB, 2002b, p. 4).

Este excerto é demonstrativo do valor excecional que possui a região raiana onde está inserido o PNDI. Trata-se de uma área protegida cuja beleza do seu património pode definir-se como uma verdadeira “casa natural”, onde se pode encontrar um equilíbrio harmonioso entre o homem e a natureza, nas suas diversas formas.

Uma das características que mais se destaca neste espaço natural é a sua diversidade de ecossistemas resultantes, por um lado, da sua posição numa zona de transição entre regiões climáticas mediterrânea e atlântica e, por outro, as diferenças de altitude que ocorrem na área. Todo o conjunto constitui um elemento geográfico natural, histórico e cultural de grande valor patrimonial.

Efetuar uma caracterização de um espaço natural como o PNDI remete de imediato para o elemento mais marcante, o Rio Douro. O Douro, que nasce na Província de Castilla León (Espanha) e percorre, com alguns dos seus principais afluentes, Esla, Tormes, Huebre, Águeda e Camaces, as regiões cerealíferas da região castelhana.

Depois deste lento percurso por território espanhol, o rio Douro traça a fronteira natural, mais velha e “impermeável” da Europa, entre Portugal e Espanha ao longo de cerca de 150 km. É um território denominado, pela população, como uma “savana ao Sol”.

Neste troço habitualmente denominado de Douro Internacional a natureza foi generosa na beleza e na biodiversidade que nos legou. Aqui, ao longo da fronteira, o Douro e o seu principal afluente Águeda talharam um dos mais imponentes e maiores canhões fluviais da Península Ibérica com altitudes até 400 metros produzindo uma paisagem de beleza impressionante. Este imponente relevo é denominado por muitos de “Grand Canyon” da Península Ibérica (Azevedo, 1998).

No que respeita ao clima esta área está sob a influência de clima mediterrâneo – subcontinental. As amplitudes térmicas elevadas traduzem-se em invernos rigorosamente frios e verões com temperaturas elevadas e muito secos, principalmente nas regiões de menor altitude e mais abrigadas. Esta região corresponde à denominada de Terra Fria Transmontana.

Relativamente à flora, as comunidades arbóreas mais representativas na área do parque são os azinhais, sobreirais, carvalhais e zimbrais. Nas margens dos rios localizam-se as formações vegetais higrófilas com maior ocorrência de freixos, amieiros e lódãos. No que se refere às comunidades arbustivas com maior expressão, são os giestais que dominam nos terrenos abandonados pela atividade agrícola ou que não foram colonizados por outras espécies vegetais. No que respeita à fauna a variedade de habitats existentes dá lugar à grande diversidade de espécies que encontram nestes parques naturais um espaço vital para a sua permanência e sobrevivência. A grande variedade e riqueza faunística manifesta-se no número de animais existentes na área dos parques, desde os insetos aos mamíferos. Destaca-se o lobo, espécie ameaçada, quase em vias de extinção. As aves são, sem

dúvida, as espécies de animais com maior representatividade na mesma área e que atrai especial atenção do homem. Do leque de aves que se podem observar neste parque, destacam-se a Cegonha-preta, o Abutre do Egito, o Grifo, a Águia-real, a Águia de Bonelli, o Falcão Peregrino, o Bufo Real, entre outros. São aves emblemáticas que suscitam a curiosidade de todos quantos visitam este espaço natural protegido (ICNB, 2002b).

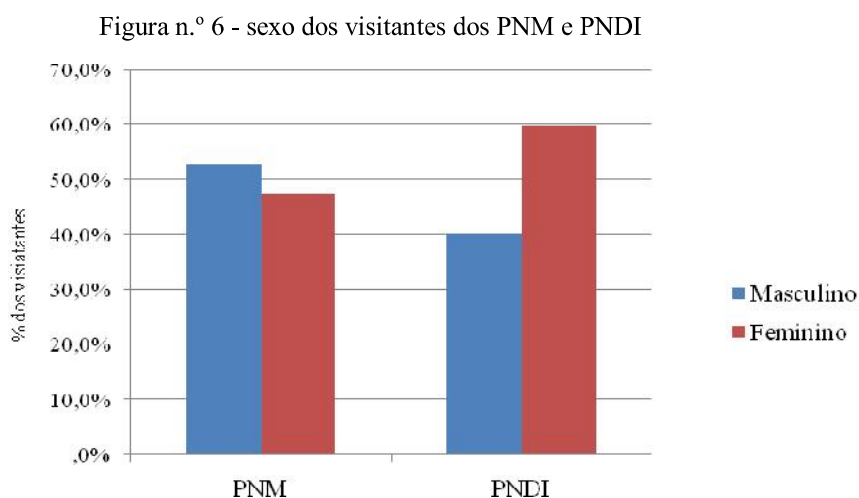
Todo este espaço natural não se fez sem a contribuição do homem. Referimo-nos ao vasto património cultural que está representado nas mais diversas formas (castros, ruínas romanas, edifícios religiosos e civis, dialetos, artesanato e artes populares, indumentárias, conhecimentos populares, valores, costumes e tradições ou a música).

7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Como já foi referido o objetivo central desta comunicação é apresentar alguns resultados preliminares de uma investigação que está a decorrer nos PNM e PNDI. Os dados aqui apresentados resultam de um inquérito por questionário aplicado aos visitantes e turistas das referidas áreas protegidas.

A amostra é constituída por 452 indivíduos que correspondem a 256 visitantes do PNM e 196 do PNDI.

Passamos, de seguida, à apresentação de alguns resultados obtidos a estes visitantes e turistas dos PNM e PNDI, que inclui uma análise necessariamente perfunctória.



Se tivermos em consideração a distribuição de acordo com o sexo, observa-se que mais homens visitaram o parque de Montesinho (52,7%) e tendência contrária se observou no Douro internacional (40,3%). No que concerne aos visitantes do sexo feminino registaram-se 47,3% no PNM e 59,7% no PNDI, respetivamente (Fig. n.º 6).

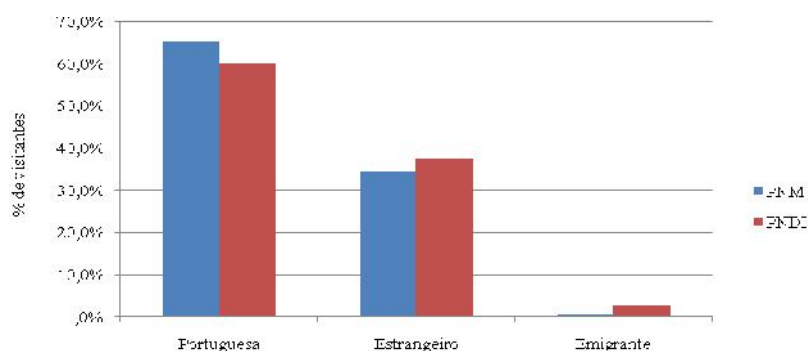
Na variável idade (quadro n.º 2) verificou-se que mais frequentes são as dos 25 aos 64 anos. As principais diferenças observadas entre os dois parques ocorreram nas faixas etárias dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 29. Na primeira ocorreu um maior número de jovens a visitar o Douro Internacional (19,7%) em relação ao Parque de Montesinho (4,7%). Na faixa etária dos 25 aos 29 anos registou-se tendência contrária (14,1%, no PNM e 8,3% no PNDI).

Quadro n.º 2 - Idades dos visitantes do PNM e PNDI

Classes etárias	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
15-24	12	4,7%	38	19,7%	50	11,2%
25-29	36	14,1%	16	8,3%	52	11,6%
30-34	42	16,5%	36	18,7%	78	17,4%
35-39	30	11,8%	32	16,6%	62	13,8%
40-44	28	11,0%	15	7,8%	43	9,6%
45-49	8	3,1%	8	4,1%	16	3,6%
50-54	28	11,0%	20	10,4%	48	10,7%
55-59	31	12,2%	13	6,7%	44	9,8%
60-64	30	11,8%	11	5,7%	41	9,2%
65+	10	3,9%	4	2,1%	14	3,1%
Total:	255	100,0%	193	100,0%	448	100,0%

Relativamente à nacionalidade dos visitantes (Fig. n.º 7), os dados revelam que a maior percentagem dos visitantes é de nacionalidade portuguesa em ambos os parques. 62,2% no PNM e 60,0% no PNDI. De nacionalidade estrangeira registam-se 34,4% no PNM e 37,4% no PNDI.

Figura n.º 7 - Nacionalidade dos visitantes dos PNM e PNDI



Os dados relativos ao estado civil (quadro n.º 3) mostram que, em ambos os parques, os visitantes são, em maior percentagem casados (53,9% no PNM – 46,4% no PNDI).

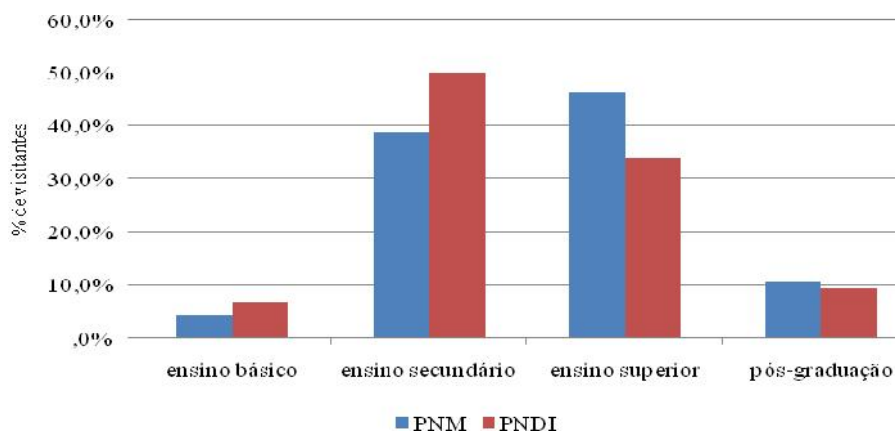
Quadro n.º 3 - Estado civil dos visitantes do PNM e PNDI

Estado civil	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Casado/a	137	53,9%	90	46,4%	227	50,7%
Solteiro/a	63	24,8%	68	35,1%	131	29,2%
União de facto	29	11,4%	23	11,9%	52	11,6%
Viúvo/a	7	2,8%	7	3,6%	14	3,1%
Divorciado/a	18	7,1%	6	3,1%	24	5,4%
Total:	254	100,0%	194	100,0%	448	100,0%

Os visitantes solteiros totalizaram 63 (24,8%) no PNM e no PNDI o valor alcançado foi de 68 (35,1%), sendo que os visitantes em união de facto apresentam valores muito próximos, em ambos os parques (quadro n.º 3).

No que concerne às habilitações literárias existem algumas diferenças significativas tendo em conta o parque visitado, conforme pode ser observado na figura n.º 8.

Figura n.º 8 - Habilitações literárias dos visitantes dos PNM e PNDI



O quadro n.º 4 apresenta os resultados das profissões dos visitantes dos parques. Os “estudantes” (20,3%) e “trabalhadores por contra de outrem” foram as tipologias de visitantes que se observaram com maior percentagem no PNDI. No PNM os “trabalhadores por contra de outrem” (64,5%) e “trabalhadores por conta própria” (13,7%) constituem as principais profissões dos visitantes.

Quadro n.º 4 - Profissão dos visitantes do PNM e PNDI

Profissão	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Estudante	22	8,6%	40	20,3%	62	13,7%
Trabalhador por conta própria	35	13,7%	19	9,6%	54	11,9%
Trabalhador por contra de outrem	165	64,5%	114	57,9%	279	61,6%
Desempregado	13	5,1%	16	8,1%	29	6,4%
Reformado/a) /aposentado/a	16	6,3%	7	3,6%	23	5,1%
Outra: qual?	5	2,0%	1	,5%	6	1,3%
Total:	256	100,0%	197	100,0%	453	100,0%

As classes de rendimento mensal auferido pelos visitantes podem ser observadas no quadro n.º 5.

Quadro n.º 5 - Rendimento mensal auferido pelos visitantes de PNM e PNDI

Rendimento	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0 - 600€	21	8,5%	22	12,2%	43	10,0%
601 - 1200€	45	18,2%	56	30,9%	101	23,6%
1201 - 1800€	63	25,5%	56	30,9%	119	27,8%
1801 - 2400€	37	15,0%	14	7,7%	51	11,9%
2401 - 3000€	43	17,4%	17	9,4%	60	14,0%
+ 3000€	38	15,4%	16	8,8%	54	12,6%
Total:	247	100,0%	181	100,0%	428	100,0%

Os intervalos de rendimento dos visitantes, onde se situam os valores com maiores percentagens de respostas situam-se, entre os 601€ - 1200€ e 1201€ – 1800€, em ambos os parques. No PNM registou-se 17,4% de visitantes que auferem entre 2401€ – 3000€ mensais.

Na questão relativa às fontes de informação para planear a visita ao parque verificamos que, em ambos os parques, a opção “internet” obteve maiores percentagens (quadro n.º 6).

Quadro n.º 6 - Quais as fontes de informação que utilizou para planear a visita?

Fontes	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Amigos e familiares	88	34,5%	68	34,7%	156	34,6%
Folhetos informativos	21	8,2%	26	13,3%	47	10,4%
Jornais/revistas	14	5,5%	14	7,1%	28	6,2%
Internet	108	42,4%	51	26,0%	159	35,3%
Televisão	8	3,1%	7	3,6%	15	3,3%
Nenhuma	5	2,0%	8	4,1%	13	2,9%
Outros	10	3,9%	16	8,2%	26	5,8%
Não sabe	1	,4%	6	3,1%	7	1,6%
Total:	255	100,0%	196	100,0%	451	100,0%

“Amigos e familiares” com 34,5% no PNM e 34,7% no PNDI foi a segunda fonte de informação a que os visitantes recorreram para planearem a visita. No PNDI 13,3% dos visitantes afirmaram que a fonte de informação foram os “folhetos informativos”.

Constata-se que o recurso às novas tecnologias de informação é uma realidade presente na sociedade atual. Cada vez mais os visitantes e turistas recorrem às novas tecnologias para programarem as suas viagens e programas de ócio e lazer.

De acordo com os resultados obtidos (quadro n.º 7), 38,7% dos visitantes do PNM e 31,6% no PNDI efetuaram a visita ao parque acompanhadas de uma pessoa. Destacam-se os grupos com mais de três pessoas que registaram 31,3% no PNM e 29,1 no PNDI.

Quadro n.º 7 - Número de pessoas que acompanham a visita

N.º Pessoas	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sozinho	15	5,9%	36	18,4%	51	11,3%
1 pessoa	99	38,7%	62	31,6%	161	35,6%
2 pessoas	23	9,0%	26	13,3%	49	10,8%
3 pessoas	39	15,2%	15	7,7%	54	11,9%
+ 3 pessoas	80	31,3%	57	29,1%	137	30,3%
Total:	256	100,0%	196	100,0%	452	100,0%

No que diz respeito à tipologia de alojamento de que os visitantes usufruíram durante a estadia aos parques (quadro n.º 8), no PNM os visitantes que optaram por ficar alojados em “Turismo rural” perfizeram a maior percentagem: 48,8%. Os “hotéis” foram a segunda opção para 10,5% dos visitantes e 10,9% não ficou alojado no PNM. No PNDI o “turismo rural” foi o alojamento elegido por 25,6% dos visitantes, seguido dos “hotéis” por 6,7%. Neste parque a percentagem de visitantes que não pernitoizou totalizou 43,6% dos visitantes.

Quadro n.º 8 - Alojamento utilizado na visita pelos visitantes de PNM e PNDI

	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alojamento						
Hotel	27	10,5%	13	6,7%	40	8,9%
Pensão	2	,8%	7	3,6%	9	2,0%
Residencial	3	1,2%	6	3,1%	9	2,0%
Pousada	2	0,8%	10	5,1%	12	2,7%
Turismo rural	125	48,8%	50	25,6%	175	38,8%
Casas do parque	24	9,4%	1	0,5%	25	5,5%
Parque de campismo	23	9,0%	6	3,1%	29	6,4%
Casa de amigos ou familiares	17	6,6%	10	5,1%	27	6,0%
Casa própria	3	1,2%	3	1,5%	6	1,3%
Outro	2	0,8%	4	2,1%	6	1,3%
Não fica alojado	28	10,9%	85	43,6%	113	25,1%
Total:	256	100,0%	195	100,0%	451	100,0%

Como se pode verificar o turismo rural é a tipologia de alojamento a que os visitantes, em ambos os parques, recorrem para efetuarem a sua pernoita durante a visita.

A oferta desta tipologia de alojamento é diversificada em ambos os parques e possibilita um contacto mais próximo com o ambiente e a natureza. Somos de opinião de que a opção por este tipo de alojamento se deva à vontade por parte dos visitantes de contacto mais intenso, com aquilo que é oferecido pelos parques.

Questionados os visitantes se tinham conhecimento de estarem a visitar um parque natural, a maioria respondeu afirmativamente, (quadro n.º 9). No entanto, no PNDI, 14 (7,1%) visitantes afirmaram não ter conhecimento de estar num parque natural.

Quadro n.º 9 - Tem conhecimento que está num Parque Natural?

	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Reposta						
Sim	253	98,8%	182	92,9%	435	96,2%
Não	3	1,2%	14	7,1%	17	3,8%
Total:	256	100,0%	196	100,0%	452	100,0%

Quando questionados se “veio visitar propositamente o Parque Natural de Montesinho/Douro Internacional?” obtiveram-se respostas diferentes nos parques (quadro n.º 10). Em ambos as respostas afirmativas foram 193 (75,7%), no PNM e 293 (51,3%) no PNDI.

Quadro n.º 10 - Veio propositamente visitar o Parque Natural de Montesinho/Douro Internacional?

	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Resposta						
Sim	193	75,7%	100	51,3%	293	65,1%
Não	61	23,9%	95	48,7%	156	34,7%
Total:	255	100,0%	195	100,0%	450	100,0%

Relativamente à questão sobre o número de vezes que já visitou o PNM / PNDI, em ambos os parques, a maior percentagem obtida foi para o item: “1ª vez”: 69,7% - PNM; 62,5% - PNDI. No PNM 20,9% dos visitantes

efetuaram a visita pela 2ª vez e 20,3% foi o valor registado no PNDI. Neste parque é de salientar que 10,4% dos visitantes já tinha realizado mais de três visitas ao PNDI (quadro n.º 11).

Quadro n.º 11 - Quantas vezes já visitou o Parque natural Montesinho/Douro Internacional?

Resposta	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1ª vez	177	69,7%	120	62,5%	297	66,6%
2ª vez	53	20,9%	39	20,3%	92	20,6%
3ª vez	11	4,3%	12	6,3%	23	5,2%
+ 3	12	4,7%	20	10,4%	32	7,2%
5	1	,4%	1	,5%	2	,4%
Total:	254	100,0%	192	100,0%	446	100,0%

Sobre a questão se já visitaram outros espaços naturais protegidos nos últimos dois anos, os resultados das respostas podem ser observados no quadro n.º 12.

Quadro n.º 12 - Já visitou outros espaços naturais protegidos nos últimos dois anos?

Resposta	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	207	81,2%	155	79,5%	362	80,4%
Não	48	18,8%	40	20,5%	88	19,6%
Total:	255	100,0%	195	100,0%	450	100,0%

Mais de metade dos visitantes, 207 (81,2%) no PNM; 155 (79,5%) no PNDI, afirmou já ter visitado espaços naturais protegidos nos últimos dois anos. Somente 48 (18,8%) visitantes, no PNM, e 40 (20,5%) no PNDI indicaram não ter efetuado visitas a outros espaços naturais protegidos.

Quando questionados sobre se “devem existir mais espaços naturais protegidos em Portugal?” as respostas obtidas, em ambos os parques, ultrapassam os 70% (quadro n.º 13).

Quadro n.º 13 - Acha que em Portugal devem existir mais espaços com estatuto de área protegida?

Resposta	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	184	72,7%	150	78,1%	334	75,1%
Não	3	1,2%	7	3,6%	10	2,2%
Não sabe	66	26,1%	35	18,2%	101	22,7%
Total:	253	100,0%	192	100,0%	445	100,0%

No PNM 3 (1,2%) visitantes e 7 (3,6%) no PNDI são de opinião que não deve haver mais espaços naturais protegidos em Portugal.

Os resultados obtidos evidenciam que os visitantes estão sensibilizados para a problemática da conservação dos espaços naturais e para a necessidade da existência de uma rede nacional de espaços naturais protegidos.

A satisfação dos visitantes no que respeita à visita efetuada aos parques evidencia uma tendência favorável, como se pode observar nos valores obtidos (quadro n.º 14). Com efeito, 28,5% dos visitantes do PNM manifestaram “3 - Satisfeito” com a visita e 32,6% no PNDI. O Grau “4 - Muito satisfeito” foi assinalado por 57,7% dos visitantes do PNM e 56,3% no PNDI. De salientar que se obtiveram 10,3% de respostas, no PNM, de grau de satisfação “5 - Totalmente satisfeito”.

Quadro n.º 14 - Como classifica a visita que está a fazer ou efetuou ao PNM/PNDI?

Grau de avaliação	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 - Nada satisfeito	3	1,2%	3	1,6%	6	1,4%
2 - Pouco satisfeito	0	,0%	5	2,6%	5	1,1%
3 - Satisfeito	72	28,5%	62	32,6%	134	30,2%
4 - Muito satisfeito	146	57,7%	107	56,3%	253	57,1%
5 - Totalmente satisfeito	26	10,3%	12	6,3%	38	8,6%
6 - Sem opinião	6	2,4%	1	,5%	7	1,6%
Total:	253	100,0%	190	100,0%	443	100,0%

Na sequência da questão anterior foi solicitado aos visitantes que avaliassem o grau de satisfação da sua visita relativamente a um conjunto de aspetos relacionados com o parque que visitavam. Uma das características submetida a avaliação foi a “Atratividade do parque”, cujos resultados obtidos se expõem no quadro seguinte (n.º 15).

Quadro n.º 15 - Atratividade do parque

Grau de avaliação	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 - Nada satisfeito	2	0,8%	3	1,6%	5	1,1%
2- Pouco satisfeito	6	2,4%	5	2,6%	11	2,5%
3 -Satisfeito	101	40,9%	94	49,2%	195	44,5%
4 -Muito satisfeito	95	38,5%	72	37,7%	167	38,1%
5 -Totalmente satisfeito	35	14,2%	14	7,3%	49	11,2%
6 - Sem opinião	8	3,2%	3	1,6%	11	2,5%
Total:	247	100,0%	191	100,0%	438	100,0%

A satisfação dos visitantes em relação à atratividade dos parques mostra uma tendência geral favorável, como se pode observar nos valores obtidos para o grau de avaliação “3 – Satisfeito”: PNM – 101 (40,9%); PNDI – 94 (49,2%). Segue-se, com valores próximos, 95 (38,5%) – PNM e 72 (37,7%) – PNDI dos visitantes que efetuaram uma avaliação de “4 - muito satisfeito”. Destacamos os 14,2% (35) de visitantes do PNM cujo grau de avaliação foi “5 - totalmente satisfeito”.

Como, sumariamente, foi descrito anteriormente os PNM e PNDI possuem um vasto património natural e cultural singular objetivado na sua capacidade de atração dos visitantes e turistas como julgamos decorrer sobretudo da resposta aos itens 3 e 4 do quadro em análise.

Outra das características sujeita ao escrutínio foi a de avaliar a qualidade ambiental dos parques (quadro n.º 16).

Quadro n.º 16 - Qualidade ambiental

Grau de avaliação	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 - Nada satisfeito						
2 - Pouco satisfeito	3	1,2%	5	2,6%	8	1,8%
3 - Satisfeito	60	24,5%	55	28,9%	115	26,4%
4 - Muito satisfeito	86	35,1%	93	48,9%	179	41,1%
5 - Totalmente satisfeito	86	35,1%	33	17,4%	119	27,4%
6 - Sem opinião	10	4,1%	4	2,1%	14	3,2%
Total:	245	100,0%	190	100,0%	435	100,0%

No PNM as maiores percentagens concentram-se no grau “4 - muito satisfeito” que obteve 35,1% (86) respostas. Neste parque, 86 (35,1%) visitantes avaliaram como “5 - totalmente satisfeito” a qualidade ambiental.

Em relação ao PNDI, 28,9% (55) dos visitantes consideram-se “3 - satisfeito” com a qualidade ambiental do parque e 48,9% (93) consideraram-se “4 - muito satisfeito”. O grau de avaliação “5 - totalmente satisfeito” corresponde a 17,4% (33) do total da amostra dos visitantes.

Finalmente apresentamos os resultados obtidos relativamente às atividades de educação ambiental nos parques (quadro n.º 17).

Quadro n.º 17 - Atividades de educação ambiental

Grau de avaliação	Parque natural de Montesinho		Parque natural do Douro Internacional		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 - Nada satisfeito	1	,4%	4	2,1%	5	1,1%
2 - Pouco satisfeito	36	14,7%	35	18,3%	71	16,3%
3 - Satisfeito	63	25,7%	68	35,6%	131	30,0%
4 - Muito satisfeito	38	15,5%	30	15,7%	68	15,6%
5 - Totalmente satisfeito	10	4,1%	11	5,8%	21	4,8%
6 - Sem opinião	97	39,6%	43	22,5%	140	32,1%
Total:	245	100,0%	191	100,0%	436	100,0%

Com respeito a esta variável as respostas obtidas foram bastante dispersas pelos diferentes graus de avaliação, em ambos os parques. Com efeito, no PNM, 14,7% (36) dos visitantes afirmaram ter ficado “2 - pouco satisfeito” com as atividades de educação ambiental. Este grau de avaliação no PNDI totalizou 18,3% (35).

O grau de avaliação “3 – satisfeito” obteve a resposta de 25,7% (63) – no PNM e 35,6% (68), no PNDI. Relativamente ao grau de satisfação “4 - muito satisfeito”, obtiveram-se 15,5% (38) de respostas, no PNM e 15,7% (30) no PNDI, respetivamente. Apenas 4,1% (10) dos visitantes do PNM e 5,8% no PNDI indicaram a opção “5 – totalmente satisfeito”.

Nesta variável obteve-se um número razoável de respostas “6 – sem opinião”, em ambos os parques (quadro n.º 19). Estes valores podem estar relacionados com o facto dos visitantes aquando da sua visita não terem efetuado qualquer atividade de educação ambiental nos parques, devido ao desconhecimento ou pela sua inexistência.

Entendemos que os resultados relativos ao quadro n.º 19 merecem um comentário particular sobretudo porque julgamos que a dispersão de respostas se deve ao facto de, no concreto, existirem poucas atividades de educação ambiental nos parques e quando existem, serem mais direcionadas a grupos etários muito jovens, dado que se

constata que são estes grupos que aderem com mais facilidade às atividades disponibilizadas. Em contrapartida são escassas as atividades dirigidas aos visitantes para as faixas etárias mais elevadas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi apresentar alguns resultados preliminares no âmbito de um estudo de investigação, que está a ser desenvolvida, sobre turismo sustentável e educação ambiental nos parques naturais de Montesinho e Douro Internacional.

No decorrer desta exposição, efetuamos percurso o analítico sobre as áreas protegidas e a importância do desenvolvimento do turismo sustentável naqueles espaços protegidos e trouxemos à colação a descrição das áreas protegidas em geral e historiamos a sua evolução até à classificação atual decorrente de um processo legislativo.

Com algum pormenor, caracterizamos os parques naturais de Montesinho e Douro Internacional e finalmente, inserimos neste trabalho os resultados do inquérito por questionário aplicado aos visitantes com uma breve análise estatística.

Entre os principais resultados podemos salientar os seguintes:

- A idade dos visitantes situa-se, essencialmente no intervalo entre os 25 aos 64 anos.
- Maior predominância de jovens a visitar o PNM em relação ao PNDI.
- Os visitantes são predominantemente casados e solteiros, cujas profissões estão na área de trabalhadores por conta própria/outrem e estudantes. Visitaram o parque acompanhados por uma pessoa ou em grupos de três ou mais pessoas.
- A maioria dos visitantes tem conhecimento de estar num parque natural e foram visitar propositadamente os PNM e PNDI. Ainda quanto a estes verifica-se que foi a 1ª ou a 2ª visita que efetuaram aos referidos parques.
- O meio de transporte utilizado na deslocação foi carro próprio e o autocarro.
- O visitante analisado, que pernitoou nos parques, optou pela tipologia de alojamento de “turismo rural”.
- O grau de avaliação da visita que mais se destaca foi “muito satisfeito”.

Finalmente, julgamos poder afirmar que estes dados, ainda que preliminares, poderão servir de esteio e ponto de partida para o estudo mais aprofundado que levamos a cabo no âmbito da investigação que desenvolvemos nos parques aludidos.

9. BIBLIOGRAFIA

Alves, H. J. F. S. (2008). *Plataformas associativas, património rural e desenvolvimento local a contribuição do parque natural de Montesinho no nordeste transmontano*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca.

Azevedo, J. (1998). *Entre Duas Margens - Douro Internacional*. Mirandela. Autor.

Blasco, M. J. V., & GARCÍA, A. B. (1999). *Turismo en Espacios Naturales y Rurales II*. Escuela Politécnica Superior de Gandía, Universidad Politécnica de Valencia.

- Castanys, M^a. L. R. F. (2005). *El aprovechamiento turístico de los espacios naturales protegidos (Régimen jurídico)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Malaga, Espanha.
- CE (s/d). *Turismo Sostenible baseado en el Patrimonio Natural e Cultural*. Comissão Europeia, Luxemburgo.
- Dudley, N. (Editor). (2008). *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas*. Gland, Suiza: UICN.
- Eagles, P. F.J., McCool, S. F., & Haynes, C. D.A. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management*. IUCN. Gland. Suíça.4
- Escríche, M. M. (2001). Interrelación entre la actividad turística y los espacios naturales protegidos. Cuadernos de Turismo.
- Europarc Federation. (1999). *La Carta Europea del Turismo Sostenible en los espacios protegidos*. Texto oficial.
- Farré, P. M. (2003). El valor de uso recreativo de los espacios naturales protegidos. Una aplicación de los métodos de valoración contingente y del coste del viaje. *Estudios de economía aplicada*. Vol. 21-2.
- Figueiredo, E. M. M. (2003). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.
- Flores, J. C. M. (2008a). El turismo en los espacios naturales protegidos españoles, algo más que una moda reciente. *Boletín de la A.G.E. N.º 46*.
- Flores, J. C. M. (2006b). *Turismo y sostenibilidad en espacios naturales protegidos: la Carta Europea del Turismo Sostenible en la Zona Volcánica de la Garrotxa y el Plan de Desarrollo Sostenible en Cabo de Gata-Níjar*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Girona.
- Flores, J. C. M. (2006c). Aproximación panorámica a la carta europea del turismo sostenible en los espacios protegidos. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Vol. 15.
- ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. (2000a). Turismo de natureza - Enquadramento estratégico - Parque natural de Montesinho.
- ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. (2002b). Turismo de natureza - Enquadramento estratégico - Parque natural do Douro Internacional.
- Mendigorri, A. M. (2002). *La protección de Espacios Naturales en España*. Ed. Mundi-Prensa. Madrid.
- Nogueira, E. C. (2005). *Turismo y Espacios Naturales Protegidos – Tendencias tras el Congreso Mundial de Parques*. Actas del VII Congreso Nacional del Medio Ambiente.
- OMT, & PNUMA. (2006): *Por un turismo más sostenible. Guía para responsables políticos*. Madrid.
- Partidário, M. R. (1998). Ambiente e Turismo. *Economia e Prospectiva*. Ministério da Economia.
- Sancho, A., & Ruiz, P. (2004). *Planteamiento metodológico para el uso de indicadores en la gestión turística de Espacios Naturales Protegidos*. Actas del IX Congreso AECIT – El Uso Turístico de los Espacios Naturales. Rioja.
- Souto, E. Q. (2003). *Desarrollo sostenible de turismo en espacios rurales: Propuesta de modelo para el municipio de Barra de Guabiraba, Pernambuco, Brasil*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Internacional de Andalucía.

Tolón, B. A., & García L. A. (2002). La planificación turística en espacios naturales protegidos. *Estudios Geográficos*, 63(247).

UICN. (1994). *Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas*. CPNAP con la ayuda de WCMc. UICN. Gland, Suiza. Cambridge, Reino Unido.

Documentos normativos

Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de maio - Cria o Parque Natural do Douro Internacional

Decreto Regulamentar n.º 5-A/97 de 4 de abril - Reclassificação do Parque Natural de Montesinho

Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de janeiro – Rede Nacional de Áreas Protegidas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008 de 24 de novembro Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (POPNM)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005 de 28 de julho - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional